

desde logo, relativamente à destituição da monarquia pela morte de D. Pedro II, visto a herdeira do trono “ser uma princesa fanática, casada com um príncipe estrangeiro”. Silva Jardim iniciava, então, sua memorável campanha republicana, ainda no calor da revolta pelo ato do governo imperial que destituíra aqueles vereadores de seus mandatos. Jardim escreve artigos flamejantes em *O País*, na *Gazeta de Notícias*, no *Mequetrefe*, no *Grito do Povo*. No *Diário de Notícias*, Rui Barbosa, Antônio Azeredo, Gastão Bousquet, Lopes Trovão, Aristides Lobo, Medeiros e Albuquerque atacam o trono. Só de 1888 à proclamação da República, a monarquia distribuiu 180 títulos de nobreza. Rui, no *Diário de Notícias*, escreveria contra essa legião de “fidalgos baratos”, contra essa “aristocracia castrada para formar sopranos e contraltos de uma corte senil”, concluindo: “Esta nobiliarquia de cabala, esta fidalguia de baiúca eleitoral mostra, por mais um sintoma, que se não estamos no Baixo Império, como os liberais vociferavam ainda ontem, caminhamos para a Nápoles do rei Bomba”.

A Abolição foi recebida com festas. Os espíritos mais sagazes percebiam o reduzido alcance de seus efeitos. Seu teor ético, entretanto, empolgava a nação. A luta pela República não arrefeceu, antes se firmou: a reforma ao regime de trabalho e a reforma no regime político, no aparelho institucional, eram inseparáveis. Antônio Prado, a 22 de junho de 1889, na *Gazeta da Tarde*, afirmava: “Os dias da monarquia estão contados”. O que não impediu o chefe de Polícia da Corte, José Basson de Miranda Osório — só por isso conhecido — de baixar, a 17 de julho, severa portaria, cominando sanções contra os propagandistas da República. Em 1889, as eleições repetiram farsa costumeira: numa Câmara de 139 deputados, a oposição contava apenas com 9⁽¹⁶⁴⁾. De 1888 a 1889, a agitação foi em

(164) Joaquim Nabuco depõe, a respeito: “Doía ver o quanto custava a essa gente crédula a sua devoção política. Diversos desses episódios gravaram-se-me no coração. Uma vez, por exemplo, entrei na casa de um operário, empregado em um dos Arsenais, para pedir-lhe o voto. Chamava-se Jarama, mas só tinha de temível o nome. Estava pronto a votar por mim, tinha simpatia pela causa, disse-me ele: mas, votando, era demitido, perdia o pão da família; tinha recebido a *chapa de caixa* (uma cédula marcada com um segundo nome, que servia de sinal), e se ela não aparecesse na urna, sua sorte estava liquidada no mesmo instante. ‘Olhe, senhor doutor’, disse-me ele, mostrando quatro pequenos, que me olhavam com indiferença, na mais perfeita inconsciência de que se tratava deles mesmos, de quem no dia seguinte lhes daria de comer. . . E depois, voltando-se para uma criancinha, deitada sobre os buracos de um antigo canapé desmantelado: ‘Ainda em cima, minha mulher há dois meses achou essa criança diante da nossa porta, quase morrendo de fome, roída pelas formigas, e hoje é mais um filho que temos!’ ‘No entanto, estou pronto a votar pelo senhor, recomeçava ele, cedendo à sua tentação liberal, se o senhor me trouxer um pedido do brigadeiro Floriano Peixoto’. Esse foi talvez o primeiro *florianista* do país. . . ‘Pode vir por telegrama. . . Ele está no engenho, nas Alagoas. . . E o que ele me pedir, custe o que custar, eu não deixo de fazer. . . Telegrafe a ele. . .’ ‘Não, não é preciso, respondi-lhe, vote como quer o governo, não deixe de levar a sua *chapa de caixa*. . . não arrisque à fome toda essa gentinha que está me olhando. . . Há de vir